



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Carlos Jordy)**

/2025.

Requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) sobre a participação societária em empresas privadas e eventuais contratos firmados ou subcontratados por estas com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) requero seja encaminhado ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Sr. Sidônio Palmeira, pedido de informações referentes à sua vinculação societária e aos contratos celebrados por empresas de sua participação com órgãos públicos. Solicita-se que o Ministro informe:

a) Todas as empresas das quais é ou foi sócio, administrador ou detentor de participação societária, direta ou indireta, desde 1º de janeiro de 2018 até a presente data, indicando:

- Razão social;
- CNPJ;
- Período de vínculo societário;
- Participação percentual no capital social;
- Eventual exercício de cargo de administração ou direção.





b) Todos os contratos firmados diretamente ou indiretamente (por meio de subcontratação ou consórcios) entre tais empresas e órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, incluindo:

- Objeto do contrato;
- Órgão contratante;
- Valor global e forma de pagamento;
- Datas de assinatura e vigência;
- Número do processo licitatório (ou justificativa de dispensa/inexigibilidade, quando aplicável).

c) Cópia integral dos contratos e eventuais aditivos celebrados com a Caixa Econômica Federal, EMBRATUR e demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a partir de 2022, inclusive quando a empresa tenha sido subcontratada por agências de publicidade ou outras intermediárias.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu art. 37, consagra os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como norteadores da administração pública. A observância desses princípios é essencial para garantir a probidade administrativa, a transparência e a confiança pública nas instituições do Estado.

Nos últimos dias, vieram a público notícias veiculadas pela imprensa nacional, em especial pelo jornal O Estado de S. Paulo, dando conta de que empresas vinculadas a sócios do atual Ministro da SECOM teriam recebido cerca de R\$ 12 milhões em contratos com estatais federais, como a Caixa Econômica Federal e a Embratur, por meio de subcontratações realizadas por agências de publicidade.

Tais informações apontam possíveis conflitos de interesse e situações de sobreposição entre atividade pública e privada, o que exige apuração e esclarecimento público.

Cabe destacar que precedentes semelhantes já foram objeto de questionamentos pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que identificou irregularidades na contratação da produtora Macaco Gordo para execução de serviços





CÂMARA DOS DEPUTADOS - 57º LEGISLATURA

GABINETE DO DEPUTADO CARLOS JORDY – PL/RJ

de publicidade vinculados à agência de comunicação Leiaute, também associada ao ministro.

Esses episódios reforçam a necessidade de verificação da legalidade e moralidade administrativa, em consonância com o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que garante o direito de acesso às informações de interesse coletivo ou geral.

Dessa forma, o presente requerimento visa assegurar a transparência e o controle parlamentar sobre a atuação de agentes públicos em funções estratégicas do Poder Executivo, especialmente quando há recursos públicos e imagem institucional do Estado brasileiro em jogo.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Carlos Jordy
Deputado Federal
PL/RJ

Apresentação: 28/10/2025 09:16:08.257 - Mesa

RIC n.6968/2025



Câmara dos Deputados - Gabinete 786 - Anexo III- Brasília - DF - CEP 70160-900

e-mail: dep.carlosjordy@camara.leg.br telefone: (61) 3215-5786

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259320226600>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy

